

FH programa votação de reformas até o fim de 98

Presidente defende limitações para enxurrada de candidatos inexpressivos e legendas de aluguel no horário de propaganda

Maria Lima e Cátia Seabra

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso começou a acertar ontem, em conversa com o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, o calendário de votação de projetos de interesse do Governo nos três últimos meses do ano. O presidente defendeu com veemência modificações profundas no sistema político e partidário. Citou como ponto crítico a enxurrada de candidatos inexpressivos e legendas de aluguel. Fernando Henrique chegou a dizer que há uma desmoralização do processo eleitoral com a participação de candidatos que chamou de folclóricos.

— Fico até constrangido de ficar debatendo com um único

candidato nos programas de TV. É importante que tenhamos cláusulas de barreira para não comprometer a eleição — disse.

Com relação ao calendário, o presidente concordou com a conclusão dos destaques da reforma da Previdência em 28 e 29 de outubro e a regulamentação da reforma administrativa em novembro. Outra providência que o Governo vai tomar, para ajudar na aprovação das reformas, é pedir ao Senado que apresse o envio à Câmara da reforma política — que prevê a fidelidade partidária —, tão logo os parlamentares voltem dos estados.

Está prevista também a votação do ajuste fiscal de emergência, mas o Governo recuou na decisão de apressar a votação da re-

forma tributária este ano. Fernando Henrique foi convencido pelos líderes de que é perigoso criar uma falsa expectativa de aprovação desta reforma ainda este ano, sendo quase impossível acabar com as divergências nos estados e municípios.

Sem a reforma, segundo Aécio, o Governo recorrerá a outras medidas de ajuste fiscal de emergência. Mas o líder negou que haverá um pacote com aumento de impostos após as eleições.

— Há um descompasso entre o que quer o Governo e o que querem estados e municípios. Não podemos criar expectativas que não podemos cumprir. Vamos discutir essa reforma até chegar a um consenso, sem estabelecer prazos, para aprovar mudanças

definitivas nessa área. Não queremos fazer só remendos — disse.

— Essa história de aprovar a reforma até o fim do ano não passava de embromação, empulhação do Governo para jogar sobre o Congresso a responsabilidade pelas dificuldades que está passando na economia — acusou o relator Mussa Demes (PFL-PI).

O principal ponto da reforma política, para o Governo, é a adoção da fidelidade partidária. Pelas propostas defendidas também pelo PFL, os deputados e senadores rebeldes poderiam até perder o mandato se votarem contra a orientação partidária. Com essa modificação, o Governo terá superado metade dos obstáculos que encontra hoje para avançar nas reformas. ■